

COMUNICADO À POPULAÇÃO

O Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal do Estado do Ceará - SINTSEF/CE comunica à população cearense, que os servidores da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego - SRTE/CE (ex-DRT), órgão pertencente aos quadros do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), retomarão a GREVE POR TEMPO INDETERMINADO a partir do próximo dia 6 de abril. A decisão foi tomada em assembleia nacional da categoria, ocorrida em Brasília, no último dia 13 de março. A retomada da greve se dá diante da falta de propostas concretas de reestruturação de carreira do MTE, como firmado em acordo que deu fim a um processo de mobilização conduzido pela categoria no ano passado. Os servidores reivindicam melhores condições de trabalho, além da negociação de um Plano de Carreira específico para a categoria, conforme aviso Ministerial nº 30. Além de trabalharem em precárias condições, os servidores do MTE estão entre os piores em remuneração de todo o Executivo Federal, isso sem falar da falta de um Plano de Carreira específico e de uma política de capacitação e valorização do servidor. Contamos com o apoio da população! Por um serviço público digno e de qualidade! (Nota publicada pelo SINTSEF/CE no Jornal Diário do Nordeste - edição de 5 de abril de 2010)

Servidores protestam contra acordos firmados e não cumpridos pelo governo no chamado 'Ato da Mentira'

Na última quinta-feira, 1 de abril, servidores públicos de todo o Brasil realizaram paralizações, manifestações e atos em defesa dos acordos firmado (e ainda não cumpridos) entre o governo e diversas categorias do Serviço Público Federal. Muitos desses acordos além de não cumpridos pelo governo tiveram seus processos de negociação interrompidos, como é o caso do Ministério do Trabalho (leia nota acima). A ação da quinta-feira foi promovida e articulada pela CONDSEF e suas entidades filiadas. O nome, "Ato da Mentira", fez referência ao dia da mentira, lembrado em 1º de abril e ao fato dos acordos terem se apresentado como uma grande mentira do governo atual. Na atividade os servidores fizeram uma crítica às diversas negociações que ainda não deram frutos e também pediram a retirada do projeto de lei complementar (PLP) 549/09 que propõe limites a investimentos públicos pelos próximos dez anos. O fato de estarmos em um ano eleitoral pede mobilização urgente, pois o governo só pode encaminhar projetos para votação no Congresso Nacional que envolvam impacto orçamentário neste mês de abril. É hora de fazer pressão!!!

